

061328

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ÁGUAS DO MIRANTE S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

ÁGUAS DO MIRANTE S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na Travessa da Saudade, 105, Bairro Piracicamirim, CEP 13.417-783, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.384.637/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200 - Bloco 04 - Sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas") da presente 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Emissora, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário").

E, ainda, na qualidade de intervenientes garantidoras,

EQUIPAV S.A. PAVIMENTAÇÃO ENGENHARIA E COMÉRCIO, sociedade por ações, com sede na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744 – unidade 71 – sala 06, CEP 01451-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.083.754/0001-53, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Equipav"); e

GREQ PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744 – conjunto 71 – sala 13, CEP: 01451-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.400.164/0001-09 neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Greq", e, em conjunto com a Equipav, as "Intervenientes Garantidoras" e, ainda, em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, as "Partes").

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas

-60673-1061328

REGISTRO DE DOCUMENTOS

1.º REGISTRO DE DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA, 3.º AND. CENTRO

RICARDO V. MOURINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

3.º RTD-RJ-Reg. nº 1061328
Envolvidos
Distribuidor
Vendedor/Ações
ajudante/funcionário
R\$ 363,76
R\$ 10,95
R\$ 112,22
R\$ 503,22



EC3

1

ACM

do Mirante S.A.” (“Escritura”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberações da Assembleia Geral Extraordinária e de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 27 de setembro de 2012, conforme re-ratificadas através de Assembleia Geral Extraordinária e de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 1º de novembro (“AGE” e “RCA” respectivamente), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do artigos 12, inciso (xiii) e 19, inciso (x), do Estatuto Social da Emissora.

1.2 A Fiança prestada por cada uma das Intervenientes Garantidoras, conforme abaixo definido, foi autorizada em Assembleia Geral Extraordinária da Equipav, realizada em 27 de setembro de 2012, nos termos da Cláusula 16 do Estatuto Social da Equipav e Reunião de Quotistas da Greq, realizada em 27 de setembro de 2012, nos termos da Cláusula 18 do Contrato Social da Greq (“Atas Intervenientes Garantidoras”).

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1 A ata da AGE e RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicadas no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no Jornal de Piracicaba, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2 Em virtude da Fiança (conforme abaixo definida) de que trata a Cláusula 4.9 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos, serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de (i) Piracicaba, no Estado de São Paulo, (ii) São Paulo, no Estado de São Paulo e (iii) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro,

3.1 REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDAS 2 - 3.º AND. CENTRO RJ
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with the text "JURIDICO AGEA" and "RJ".

nos termos da Cláusula 4.9.12 e encaminhada uma via original do documento registrado nos respectivos Cartórios ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis do efetivo registro.

2.1.3 Dispensa do Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 Dispensa do Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.4.1 A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA").

2.1.5 Registro dos Contratos de Garantia

2.1.5.1 Os Contratos de Garantia (conforme abaixo definido) deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme disposto nos Contratos de Garantia, nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, previamente à subscrição das Debêntures, devendo uma via original de cada Contrato de Garantia ser entregue ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a obtenção dos registros.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social realizar, sob regime de parceria público privada, na modalidade de concessão administrativa, a prestação do serviço público de esgotamento sanitário, englobando a coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos do processo, nos termos da adjudicação objeto da licitação promovida pela autarquia municipal Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE de Piracicaba, nos moldes do edital de concorrência pública sob o nº 01/2011:

- a) Operação e gerenciamento de atividades objeto da concessão de serviço público de esgotamento sanitário, englobando a coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of the "JURIDICA AEGA" and the initials "EC3" and "ACM".

do processo, com ampliação e modernização do sistema de esgotamento sanitário no Município de Piracicaba;

- b) Recuperação, manutenção, ampliação e melhoria do sistema de hidrometria e demais atividades de combate à fraude na micromedição;
- c) Elaboração de projetos de engenharia e execução de obras de ampliação e modernização do sistema concedido;
- d) Prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da Emissora;
- e) Operações de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais;
- f) Fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim; e
- g) Compra, venda e produção de materiais relacionados com a sua atividade fim.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 A presente Emissão é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em até duas séries, sendo as debêntures da primeira série doravante denominadas "Debêntures da 1ª Série", as debêntures da segunda série doravante denominadas "Debêntures da 2ª Série" e as Debêntures da 1ª Série, conjuntamente com as Debêntures da 2ª Série denominadas "Debêntures".

3.4 Montante da Emissão

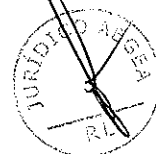
3.4.1 O montante total da Emissão será de até R\$66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas até 660 (seiscentas e sessenta) Debêntures, sendo 400 (quatrocentas) Debêntures da 1ª Série e 260 (duzentos e sessenta) Debêntures da 2ª Série.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



EC3

4

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

SEM

3.6 Banco Mandatário e Agente Escriurador

3.6.1 O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A. e o agente escriturador da presente Emissão será o Itaú Corretora de Valores S.A. ("Banco Mandatário" e "Agente Escriurador", respectivamente).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados para (i) quitação integral da dívida representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 00066/2012, emitida pela Emissora em favor do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, em 20 de julho de 2012 e (ii) financiamento dos investimentos previstos no Contrato de Concessão.

3.8 Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e (ii) para negociação em mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e a custódia eletrônica das Debêntures realizadas na CETIP.

3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.2.1 Conforme definidos pela Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (em conjunto, "Investidores Qualificados").

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with the text "JULGADO LEGAL" and "2012".

3.8.2.2 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Emissão: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.8.2.1 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme ("Oferta Restrita"), com intermediação do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ("Instituição Intermediária"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, observadas as disposições da Instrução CVM 476 e os termos e condições do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Restrita, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme, da Primeira Emissão da Águas do Mirante S.A." celebrado nesta data ("Contrato de Colocação").

3.9.2 No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.10 Imunidade de Debenturistas

3.10.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

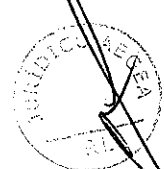
4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



6
EC3

[Handwritten signature]
AEM

4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 19 de novembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá em 20 de julho de 2014 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, aquisição antecipada facultativa, resgate total antecipado e amortização facultativa parcial previstas na Cláusula 5 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme abaixo definidos), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares e certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.6 *Espécie*

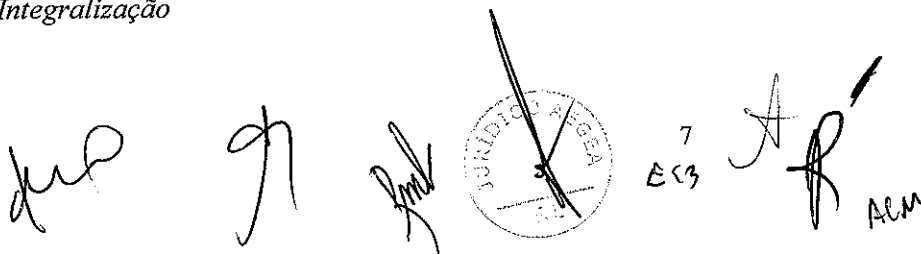
4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, contando adicionalmente com garantia fidejussória, nos termos do item 4.9 da presente Escritura.

4.1.7 *Conversibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2 **Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento**

4.2.1 *Datas de Subscrição e Integralização*

The bottom of the page features several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from the 'JURIDICO ADEGA' and has the number '3' in the center. To the right of the stamp, there is a handwritten '7' and 'ESC'. Further right, there is a signature that appears to be 'A' followed by 'R' and 'Alm'.

4.2.1.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas dentro do prazo de distribuição pública estabelecido pela Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição, a partir da data de início de distribuição. As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas em uma única data, doravante denominada "Data de Integralização da 1ª Série", e as Debêntures da 2ª Série serão subscritas na Data de Integralização da 1ª Série e integralizadas em uma única data no prazo de até 6 (seis) meses contados da subscrição, sendo a data de integralização das Debêntures da 2ª Série doravante denominada "Data de Integralização da 2ª Série", e, em conjunto com a Data de Integralização da 1ª Série, as "Datas de Integralização".

4.2.1.2 A Data de Integralização da 2ª. Segunda Série deverá ocorrer dentro de 6 (seis) meses do início da Oferta, sem prejuízo, a integralização poderá ocorrer a qualquer momento, antes do prazo de 6 (seis) meses acima referido, na mesma data em que ocorra o desembolso de financiamento de longo prazo dos investimentos iniciais do Contrato de Concessão pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") ou pela Caixa Econômica Federal ("Caixa"), caso este venha ser desembolsado antes.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.2.3 *Preço de Integralização*

4.2.3.1 O preço de integralização de cada série será o Preço de Subscrição, sendo certo que as Debêntures de uma mesma série deverão ser integralizadas todas em uma única data.

4.2.4 *Forma de Pagamento*

4.2.4.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, nas datas estabelecidas nos itens 4.2.1.1. e 4.2.1.2. acima de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.2.4.2 As Debêntures não estão sujeitas a qualquer atualização monetária.

4.3 **Direito de Preferência**

4.3.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.



8
E(3)

4.4 Remuneração

4.4.1 Juros Remuneratórios

4.4.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescidas de uma sobretaxa de 3,15% (três inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, capitalizado desde a Data de Integralização da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série e da Data de Integralização da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série, até a Data de Vencimento, ou conforme o caso, as datas de vencimento antecipado, aquisição antecipada facultativa, resgate total antecipado e amortização facultativa parcial (“Juros Remuneratórios”).

4.4.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos em uma única parcela, na Data de Vencimento, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, aquisição antecipada facultativa, resgate total antecipado e amortização facultativa parcial.

4.4.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde:

“J” Valor dos Juros Remuneratórios devidos na Data de Vencimento ou nas datas de vencimento antecipado, aquisição antecipada facultativa, resgate total antecipado e amortização facultativa parcial, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” Valor Nominal Unitário nas respectivas Datas de Integralização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros” Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$



9
E(3)

Onde:

“Fator DI” Produtório das Taxas DI-Over_k, da data de início da Data de Integralização da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série e da Data de Integralização da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série, até a Data de Vencimento ou data de vencimento antecipado, aquisição antecipada facultativa, resgate total antecipado (exclusive) e amortização facultativa parcial, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

“n” Número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do “Fator DI” desde a Data de Integralização da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série e da Data de Integralização da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série, sendo “n” um número inteiro;

“K” Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

“TDI_k” Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

“DI_k” Taxa DI-Over de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

“FatorSpread” sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}$$

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Circular stamp: JURÍDICO ALGEM]

[Handwritten signature]

Onde:

“spread” 3,1500;

“DUP” Número de Dias Úteis entre a Data de Integralização da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série e da Data de Integralização da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série, e a data atual do cálculo, seja ela a Data de Vencimento, de vencimento antecipado, de aquisição antecipada facultativa, de resgate total antecipado ou de amortização facultativa parcial, sendo “DUP” um número inteiro.

Observações:

(i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;

(ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

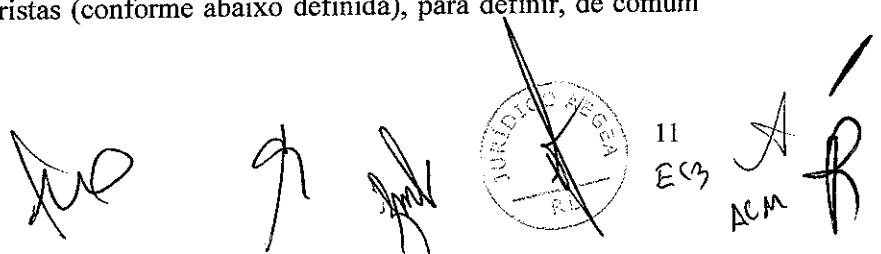
(iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(v) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.4.1.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.1.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), para definir, de comum

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp with the text "JURIDICO REGA" and "RJ" inside. Next to the stamp are the handwritten numbers "11" and "EC3". Further right, the letters "ACM" are written, followed by another signature.

acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida).

4.4.1.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.4.1.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série ou da Data de Integralização da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série. Caso as Debêntures da 2ª Série não tenham sido integralizadas na data do resgate antecipado, estas deverão ser, simultaneamente, integralizadas e canceladas antecipadamente. Para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) a Emissora resgatará antecipadamente, e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Nesse caso será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois)

dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5 Repactuação

4.5.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.6 Amortização

4.6.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora em uma única parcela na Data de Vencimento, ou, conforme o caso, na data de vencimento antecipado, aquisição antecipada facultativa, resgate total antecipado ou amortização facultativa parcial.

4.7 Condições de Pagamento

4.7.1 Local de Pagamento

4.7.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.2 Prorrogação dos Prazos

4.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário nas Cidades de Piracicaba e São Paulo, no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

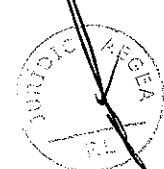
4.7.3 Encargos Moratórios

4.7.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, independente de notificação judicial ou extrajudicial, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]
ACM

até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.7.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.7.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.8 **Publicidade**

4.8.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no Jornal de Piracicaba, usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.9 **Garantia Fidejussória**

4.9.1 Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, cada uma das Intervenientes Garantidoras presta fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.9.2 Cada uma das Intervenientes Garantidoras declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável, do Valor Garantido (conforme abaixo definido) da Emissora oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

4.9.3 Cada uma das Intervenientes Garantidoras expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333,



parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (“Código de Processo Civil”).

4.9.4 O valor da Fiança corresponde ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, sendo garantido pelas Intervenientes Garantidoras, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, despesas associadas à execução das garantias atreladas às Debêntures, despesas com assessor legal, despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário e verbas indenizatórias, quando houver (“Valor Garantido”). Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer das Intervenientes Garantidoras em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

4.9.5 O Valor Garantido será pago pelas Intervenientes Garantidoras em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito dos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, à tal Interveniente Garantidora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.9.6 Fica facultado a qualquer das Intervenientes Garantidoras efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado por tal Interveniente Garantidora.

4.9.7 As Intervenientes Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta Cláusula 4.9, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que cada uma das Intervenientes Garantidoras obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.9.8 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

RECEBIMENTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUITANDA, 52 - 3.º AND. - CENTRO/RJ
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

4.9.9 Cada uma das Intervenientes Garantidoras declara e garante que (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor; e (iii) o prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, será a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.9.10 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e cada uma das Intervenientes Garantidoras.

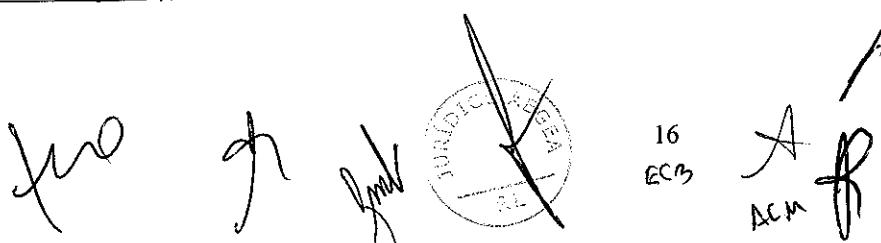
4.9.11 Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo de cura estipulado nesta Escritura, não configura em nenhuma hipótese, inadimplemento por qualquer das Intervenientes Garantidoras das obrigações por ela assumidas nos termos da Escritura.

4.9.12 Em virtude da Fiança prestada por cada Interveniente Garantidora, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades (i) de Piracicaba, no Estado de São Paulo, (ii) de São Paulo, no Estado de São Paulo e (iii) do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias úteis a contar da data de sua assinatura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

4.10 Garantias Reais

4.10.1 Para assegurar o integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora em decorrência da Emissão, são concedidas as seguintes garantias reais, sob as condições suspensivas previstas nos respectivos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido), em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário:

- (i) alienação fiduciária das ações de emissão da Emissora e de titularidade da Equipav e da AEGEA Saneamento e Participações S.A. ("AEGEA"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Emissora, a Equipav, a AEGEA e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp with the text "FUNDICION AEGEA" around the perimeter. Further right, the number "16" is written above "ECB". On the far right, there are more handwritten marks, including what appears to be "ACM" and a large stylized signature.

- (ii) cessão dos direitos emergentes do Contrato de Concessão N° 048/2012, celebrado entre a Emissora e o Serviço Municipal de Água e Esgoto ("SEMAE"), autarquia municipal da Cidade de Piracicaba, em 11 de Junho de 2012, nos termos da Concorrência n° 01/2011 – Processo n° 1687/2011, cujo objeto é concessão dos serviços de esgotamento sanitário, com ampliação e modernização do sistema de esgotos sanitários do Município de Piracicaba nos termos da Concorrência n° 01/2011 – Processo n° 1687/2011 ("Contrato de Concessão"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Emissora, o Agente Fiduciário, a Equipav e a AEGEA ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") e do Contrato de Administração de Contas, celebrado em nesta data entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Caixa ("Contrato de Administração de Contas" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia").

4.11 Aditamento à Presente Escritura

4.11.1 Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pelas Intervenientes Garantidoras e pelo Agente Fiduciário, após autorização dos Debenturistas, se aplicável, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos competentes.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO TOTAL, DA AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitando o prazo mínimo da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em circulação no mercado, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

[Handwritten signatures and stamps]

17
EC3

ACR

5.2 Resgate Antecipado Total

5.2.1 A qualquer tempo, a partir das respectivas Datas de Integralização, as Debêntures poderão ser totalmente resgatadas, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas. Neste caso, para viabilizar o resgate, todas as Debêntures ainda não integralizadas deverão ser integralizadas antes do resgate, observando-se que todas as Debêntures de uma mesma série deverão ser integralizadas em uma única data.

5.2.2 Ocorrendo o desembolso de financiamento de longo prazo dos investimentos iniciais do Contrato de Concessão, antes da Data de Vencimento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou Caixa Econômica Federal (Caixa), a Emissora obriga-se a, uma vez que tenha sido feita a necessária integralização descrita na Cláusula 4.2.1.2 acima, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, caso o desembolso venha a ser suficiente, observado o disposto na Cláusula 5.3.1 abaixo e na Cláusula 5.2.1 acima.

5.2.3 O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado, se aplicáveis, calculado *pro rata temporis* desde as respectivas Datas de Integralização até a data do efetivo resgate.

5.2.4 A Emissora deverá comunicar à CETIP através de correspondência, comunicando o Agente Fiduciário, da realização do resgate antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.2.5 Não será devido prêmio na hipótese de resgate previsto nesta cláusula 5.2.

5.3 Amortização Facultativa Parcial

5.3.1 A critério da Emissora, e mediante as necessárias deliberações societárias nesse sentido, as Debêntures poderão ser facultativamente amortizadas antecipadamente, a qualquer tempo após a integralização de todas as Debêntures, parcialmente, em até 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação, mediante notificação por escrito à CETIP, e publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para realização da efetiva amortização parcial. Ademais, ocorrendo o desembolso de financiamento de longo prazo dos investimentos iniciais do Contrato de Concessão, antes da Data de Vencimento, pelo BNDES

de

7



ACM

ou Caixa, a Emissora obriga-se a amortizar parcialmente as Debêntures em valor equivalente ao respectivo desembolso limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável).

5.3.2 Por ocasião da amortização facultativa parcial, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde as respectivas Datas de Integralização, até a data da amortização facultativa parcial.

5.3.3 Na comunicação prevista na Cláusula 5.3.1. deverá constar: (a) a data da amortização facultativa parcial; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado nos termos desta Cláusula, a ser definido a exclusivo critério da Emissora; (c) o valor da amortização facultativa parcial; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da amortização facultativa parcial.

5.3.4 Caso ocorra a amortização facultativa parcial de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, esta seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.4 Vencimento Antecipado

5.4.1 *Hipóteses de vencimento antecipado*

5.4.1.1 Os titulares das Debêntures e/ou o Agente Fiduciário, agindo em conjunto ou isoladamente, poderão, observado o disposto nas Cláusulas 5.4.1.2 e 5.4.1.3 abaixo, automaticamente ou por meio de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), declararem antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário já integralizado das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir das respectivas Datas de Integralização até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (os quais, para fins de esclarecimento, não compreendem os respectivos períodos de cura) ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação, pecuniária ou não, relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contado de seu vencimento e/ou prazo de cura, se aplicável;

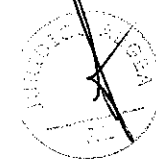
- (ii) na hipótese da Emissora não constituir as devidas garantias e aperfeiçoar as condições suspensivas previstas nos Contratos de Garantia em até 10 (dez) dias úteis contados da Data de Integralização das Debêntures da 1ª Série;
- (iii) prestação de informações inverídicas, imprecisas, incorretas, inconsistentes ou a omissão das informações aqui definidas como obrigatórias e/ou sobre a situação econômico-financeira do Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, diretamente ou através de prepostos ou mandatários;
- (iv) liquidação, dissolução, pedido de auto-falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de decretação de falência da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras;
- (v) redução de capital social e/ou alteração do objeto social da Emissora;
- (vi) protesto de títulos contra a Emissora em valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanado ou formalmente contestado até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo cartório competente;
- (vii) alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, por meio de acordo de acionistas ou não, e a qualquer título, de modo que o controle, direto ou indireto, não seja exercido pela Equipav e/ou pela AEGEA;
- (viii) ocorrência de incorporação da Emissora por quaisquer terceiros, alienação das ações da Emissora e/ou realização pela Emissora, de fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária direta ou indireta envolvendo a Emissora;
- (ix) encerramento de conta corrente de depósitos de titularidade da Emissora, em qualquer estabelecimento bancário, por força da aplicação de normas legais ou regulamentares, devendo a Emissora informar ao Agente Fiduciário tal ocorrência;
- (x) autuações impostas à Emissora pelos órgãos governamentais de caráter sócio-ambiental, cujo somatório seja igual ou superior ao montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data de seu recebimento;
- (xi) autuações impostas à Emissora pelos órgãos governamentais de caráter fiscal ou de defesa da concorrência, dentre outros, cujo somatório seja igual ou superior ao montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanadas ou formalmente contestadas no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de seu recebimento;



- (xii) existência de execuções judiciais de qualquer natureza, contra a Emissora, não sanadas ou formalmente contestadas em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data da citação, cuja soma seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (xiii) existência de restrições cadastrais em órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, CCF, CADIN, dentro outros, inclusive de caráter fiscal), que venham a recair sobre a Emissora em valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e que não sejam sanadas, satisfatoriamente esclarecidas ou formalmente contestadas, em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de notificação que o Agente Fiduciário lhe enviar nesse sentido;
- (xiv) existência de ato de autoridade governamental, com o objetivo de sequestrar, expropriar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou ações representativas do capital social da Emissora;
- (xv) inadimplemento por prazo superior a 10 (dez) dias úteis e/ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações principais ou acessórias cujo somatório seja igual ou superior (i) para a Emissora, ao montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e (ii) para as Intervenientes Garantidoras, ao montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xvi) comprovada mudança adversa relevante no estado econômico-financeiro da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras que, a critério dos Debenturistas, os impossibilite de cumprir as obrigações decorrentes desta Escritura;
- (xvii) não liquidação do saldo devedor decorrente da Cédula de Crédito Bancário nº 00066/2012, emitida pela Emissora em favor do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, em 20 de julho de 2012, na Data de Integralização da 1ª Série;
- (xviii) a relação entre a Dívida Líquida e o Capital Próprio seja superior, a qualquer momento, a 80/20, sendo certo que esses limites e índices serão apurados e calculados anualmente ao término do exercício social da Emissora, da mesma forma e no mesmo prazo que o previsto para as demonstrações anuais;

Para os fins deste item entende-se por:

“Dívida Líquida” o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas, jurídicas e/ou entidades governamentais, incluindo, mas não limitado a, arrendamentos mercantis, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, dívidas tributárias, avais, fianças e garantias fidejussórias prestadas, valores a pagar a acionistas



incluindo, mas não se limitando a mútuos e dividendos declarados e não pagos, líquido do saldo a receber e saldos líquidos a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos, bem como operações de securitização de direitos creditórios de titularidade de uma pessoa conforme registradas no balanço de tal pessoa conforme os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo, mas não se limitando a, constituição de fundos de investimento em direitos creditórios, emissão de certificados de recebíveis imobiliários, certificados de direitos creditórios do agronegócio e cédulas de crédito imobiliário; e

“Capital Próprio” o valor integralizado ou creditado como integralizado do capital social na Emissora.

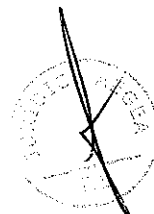
(xix) perda da concessão pela Emissora, nas hipóteses previstas no Contrato de Concessão; e

(xx) demais casos previstos em lei.

5.4.1.2 Caso ocorram quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens i, ii, iv, v, vi, vii, viii, x, xi, xii, xiii, xiv, xv, xvii e xix acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, os Debenturistas, através do Agente Fiduciário, declararão vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigirão o pagamento do que for devido em 5 (cinco) dias úteis.

5.4.1.3 Na ciência da ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento previstos no item 5.4.1.1 acima, mas não mencionados no parágrafo anterior, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 desta Escritura. Caso decidam a favor do vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

5.4.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP e ao Banco Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário já integralizado das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde as respectivas Datas de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 4 (quatro) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.



22
EC3



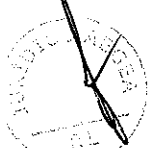


5.4.3 A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido no item 5.4.2 acima.

5.4.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.4.2 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.7.3 acima.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias, após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável da CVM; (ii) relatório consolidado da memória de cálculo dos índices devidamente calculados pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos mesmos, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e (iii) declaração assinada do representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da emissão;
 - (b) dentro de 30 (trinta) dias úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas e fatos relevantes, se houver;
 - (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da referida correspondência;
 - (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.4.1.1 acima imediatamente após a sua ocorrência; e

   23
RCB  

- (e) todos os demais documentos e informações que a Emissora deva apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente à Instituição Intermediária e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) prestar informações, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre qualquer autuação por órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre

outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

- (v) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores prevista na alínea "c" do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (vi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (viii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (ix) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura e a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, previsto na Cláusula 5.4.1;
- (xii) não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada, no que diz respeito à Emissão;
- (xiii) manter seus bens adequadamente seguros, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;

- (xiv) efetuar recolhimentos de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) manter sempre válidas e em vigor (ou solicitar aos devidos órgãos competentes) as licenças e autorizações que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange a destinação dos recursos;
- (xvii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xviii) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social da Emissora e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xix) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme abaixo definido) sempre que solicitado;
- (xx) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativo;
- (xxi) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura e nos demais documentos da Emissão, sem a previa anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas devidamente convocada para esse fim;
- (xxii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xxiii) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário e auditores independentes;

- (xxiv) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xxv) não constituir garantias de qualquer espécie a favor de terceiros, sejam elas reais ou fidejussórias, sem a prévia, formal e expressa autorização do Agente Fiduciário, se assim deliberado pelos Debenturistas;
- (xxvi) não contratar ou celebrar qualquer operação de empréstimo ou financiamento, independentemente de sua forma ou modalidade, sem a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, se assim deliberado pelos Debenturistas, excetuado o caso da Emissora contratar financiamento de longo prazo, conforme previsto na Cláusula 5.2.2 acima;
- (xxvii) não vender, transferir, doar ou ceder, quaisquer de seus ativos e/ou direitos sem a prévia, formal e expressa autorização do Agente Fiduciário, se assim deliberado pelos Debenturistas;
- (xxviii) indenizar e manter os Debenturistas, a qualquer tempo, indenidos, por quaisquer perdas, danos, obrigações ou despesas (incluindo taxas e honorários advocatícios) pela quebra ou inveracidade, imprecisão, incorreção, inconsistência, omissão ou insuficiência das declarações e garantias prestadas, nesta Escritura e nos demais documentos a ela e/ou dela decorrentes, direta ou diretamente;
- (xxix) respeitar a legislação trabalhista e previdenciária vigentes no país; e
- (xxx) celebrar, juntamente com a Caixa, o SEMAE e o Agente Fiduciário, termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Técnicos para Acompanhamento e Operacionalização das Garantias de Pagamento Firmadas no Instrumento Contratual de Concessão dos Serviços de Esgotamento Sanitário do Município de Piracicaba, celebrado em 29 de junho de 2012, entre a Caixa, o SEMAE e a Emissora (“Contrato de Prestação de Serviços Técnicos”), para os fins da cláusula 17.2.2 do Contrato de Concessão, de forma que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, passe a

ser, em caráter irrevogável e irretratável, interveniente no Contrato de Prestação de Serviços Técnicos.

6.2 Cada uma das Intervenientes Garantidoras se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
- (ii) informações sobre quaisquer descumprimentos, atuais ou futuros de que tenham conhecimento, da sua parte, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento; e
- (iii) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, desde que condizentes ao cumprimento, por parte de qualquer das Intervenientes Garantidoras, das suas obrigações nesta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação enviada por meio do Agente Fiduciário.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora, com o objetivo de cumprir os deveres estabelecidos nesta Escritura, na legislação e nos Contratos de Garantia e demais documentos da Emissão.

7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

- (i) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (ii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iii) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

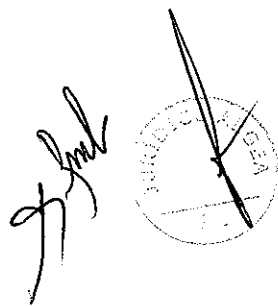
28
ELB
ACM

- (iv) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (v) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vi) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (viii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.1.832 de 31 de outubro de 1990;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (x) o representante legal que assina a presente Escritura tem poderes para assumir as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposto em seu Estatuto Social; e
- (xi) que verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura e demais documentos da operação, a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição das referidas garantias.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

do



29
EC3
ACM



7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 10 (dez) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

30
ECB
ACM

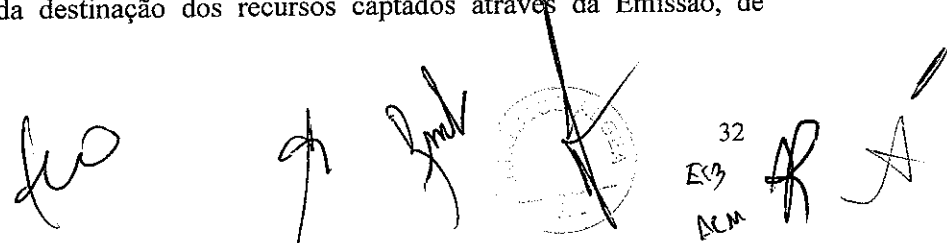
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para inscrição desta Escritura. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da garantia real prestada aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição da garantia real e fidejussória;
- (ix) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela escritura de emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (x) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas, juntas de conciliação e julgamento e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

[Handwritten signatures and stamps]

31
ECB
ACM

- (xii) solicitar, quando considerar necessário, desde que devidamente justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 8 abaixo;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora deverá enviar todas as informações financeiras, atos societários e o organograma societário da Emissora necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições, vendas, resgate, conversão e repactuação de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de

32
EX
ACM



acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures;
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

(1) denominação da companhia ofertante;

(2) valor da emissão;

(3) quantidade de debêntures emitidas;

(4) espécie;

(5) prazo de vencimento das debêntures;

(6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e

(7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;

- (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no escritório do Agente Fiduciário;

[Handwritten signatures and stamps]

33
Ec3
ACM

- (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) no escritório da Instituição Intermediária na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- (xvii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, às Intervenientes Garantidoras, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, as Intervenientes Garantidoras, ao Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxi) verificar a manutenção da suficiência e exequibilidade da garantia prestada;
- (xxii) disponibilizar através de sua central de atendimento e/ou de seu website, o valor unitário das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário e verificado mensalmente pela Emissora; e
- (xxiii) celebrar, juntamente com a Caixa, o SEMAE e a Emissora, termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Técnicos para Acompanhamento e Operacionalização das Garantias de Pagamento Firmadas no Instrumento Contratual de Concessão dos Serviços de Esgotamento Sanitário do Município de Piracicaba, celebrado em 29 de junho de 2012 entre a Caixa, o SEMAE e a Emissora ("Contrato de Prestação de Serviços Técnicos"),

para os fins da cláusula 17.2.2 do Contrato de Concessão, de forma que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, passe a ser, em caráter irrevogável e irretratável, interveniente no Contrato de Prestação de Serviços Técnicos.

7.4.1 Adicionalmente, cabe ressaltar que o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos de administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que tenha sido, ou venha a ser, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de tais documentos, os quais permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.4.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

7.4.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quoruns específicos estabelecidos na Cláusula 8 desta Escritura.

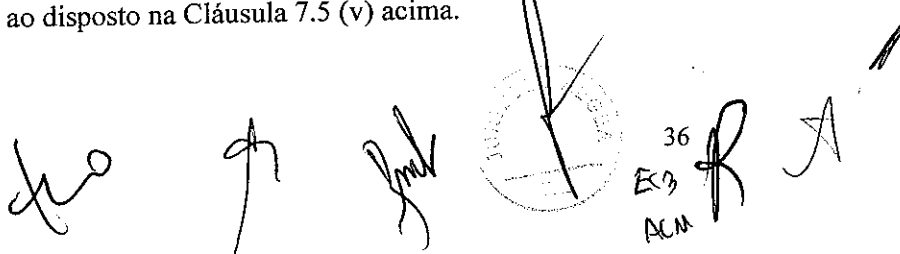
7.4.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.4.5 Adicionalmente, o Agente Fiduciário faz constar que, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantias adicionais real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da AEGEA Saneamento e Participações S.A. ("AEGEA"), com vencimento em 25 de outubro de 2013, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da AEGEA são garantidas por garantia fidejussória da Equipav e Engepav Engenharia e Comércio Ltda., por penhor de ações equivalentes a 47,37% (quarenta e sete inteiros e trinta e sete centésimos) do capital social da AEGEA, detidas pela Equipav e por cessão fiduciária de 50% (cinquenta por cento) dos recebíveis do fluxo de dividendos a serem distribuídos pela Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas de Guariroba S.A. e Engepav Engenharia e Comércio Ltda. à AEGEA, conforme previsão na escritura de emissão.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, uma vez não remediado no respectivo prazo de cura e observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) executar a garantia adicional, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, caso seja de interesse dos Debenturistas;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular official stamp. Below the stamp, the number '36' is handwritten, followed by the initials 'E.C.' and 'A.C.M.'.

7.7 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcela única de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a referida parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da Escritura;

7.7.1 O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;

7.7.2 As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*;

7.7.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

7.7.4 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;

7.7.5 A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

37
ECB
ACM

1.º REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS
DA CIDADANIA DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA 52 - 3. AND. CENTRO
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

7.7.6 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.8 A Emissora, mediante, sempre que possível, prévia aprovação por escrito, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5 As despesas a que se refere a Cláusula 7.8 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;

do Jmb
38
ACM
A

- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, bem como com alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.8.7 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas.


7.8.8 No caso de inadimplemento superior a 30 (trinta) dias pela Emissora em relação ao pagamento da remuneração e das despesas reembolsáveis ao Agente Fiduciário, esses valores deverão ser adiantados pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidos pela Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp with the word "JURADO" at the top and "2017" at the bottom. Further right, the number "39" is written above the letters "EC3" and "ACM". A large, stylized handwritten mark, possibly "RA", is on the far right.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, alteração dos termos e condições da Fiança, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, que dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação ("Quorum Qualificado").

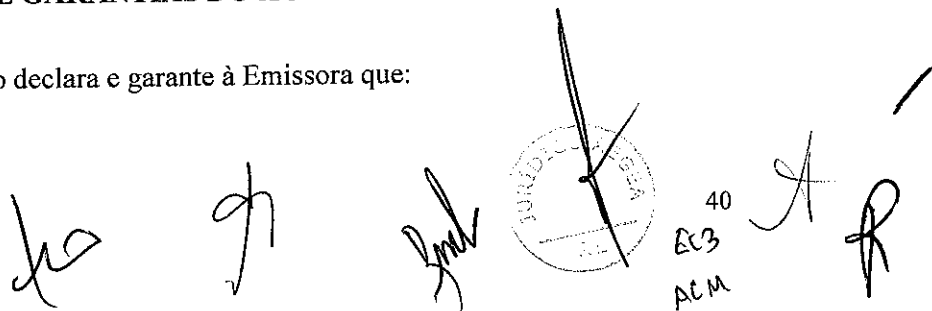
8.8.1 A alteração do Quorum Qualificado dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1.1 Para efeito da constituição de quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges destes últimos.

8.8.1.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

The bottom of the page contains several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from the 'JURIDICA' department and has a date of '12/12/2011'. To the right of the stamp, the number '40' is written, followed by 'EC3' and 'ATM'. There are also some other handwritten marks and initials.

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto, e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (v) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (vi) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (vii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e
- (viii) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

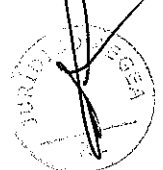
10.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída e organizada, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de

40

7

Am



41
ECB
ACM

A R

suas obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto, e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a celebração da Escritura, do Contrato de Distribuição, dos Contratos de Garantia e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; e/ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, inclusive ambientais, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (1) a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das debêntures na CETIP; (2) o registro dos Contratos de Garantia e da Escritura nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (3) anuência prévia do SEMAE referente à emissão das Debêntures e à constituição da garantia prevista nos Contratos de Garantia;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDIA, 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES
2.º ORIGINAL SUBSTITUTO

do

gr

Imb



42

BM
ACM

Handwritten signature and initials.

- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xii) a Emissora tem todas as autorizações, inclusive ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, inclusive declara e garante que solicitará e manterá válidas todas e quaisquer autorizações de que trata esse item (xii), as quais venham a ser futuramente necessárias e exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para exercício de suas atividades;
- (xiii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 acima;
- (xiv) cumpre o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, inclusive às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidas com a Emissão; e
- (xv) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

10.2 Cada uma das Intervenientes Garantidoras declara e garante que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob as leis brasileiras, quanto à Equipav sob a forma de sociedade anônima e quanto à Greq sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;



43
EC3
ALM

- (iii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da sua parte, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem seu ou de qualquer de seus controladores, exceto por aqueles já existentes na presente data e/ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da presente Escritura na JUCESP e nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito nas Datas de Integralização;
- (vi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo qualquer das Intervenientes Garantidoras perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (vii) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (viii) as obrigações assumidas nos termos desta Escritura não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os Debenturistas e qualquer das Intervenientes Garantidoras; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial;
- (ix) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITAÇÃO 52 - 3.º AND. - CENTRO RJ
RICARDO MOURINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

do 7 Jmb

JURIDICO
NUNCEA

44
EC3
ACM

A

B

- (x) as informações e declarações contidas nesta Escritura em relação à si e à Emissão, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes; e
- (xi) esta Escritura constitui uma obrigação legal válida e vinculativa das Intervenientes Garantidoras, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADANIA DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDAS 52 - 3.º AND. CENTRO RJ
RICARDO MOURA ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora e Intervenientes Garantidoras:

ÁGUAS DO MIRANTE S.A.

Travessa da Saudade, 105, Bairro Piracicamirim

CEP 13.417-783

Piracicaba - SP

At.: Sr. Joselio Alves Raymundo / Sra. Aida Chammas da Rocha/ Sr. Edson Costa Bignotto

Telefone: (19) 3401-2400 / (11) 3818-8165/ (11) 3818-8150

Fax: (11) 3818-8166

E-mail: joselio.raymundo@aguasdomirante.com.br / aida.chammas@aegea.com.br /
edson.bignotto@aegea.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

Rio de Janeiro, RJ

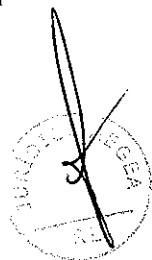
CEP 22640-102

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br



45

203

ACM

(iii) Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal

CEP 04344-902

São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 10º andar

CEP 04538-132

São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001

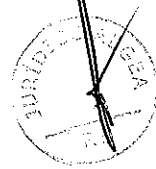
São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br



46
EC9

ACM

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.2 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Piracicaba, no Estado de São Paulo ou na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.8 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e da Fiança, bem como de eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 19 de novembro de 2012.

[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO. SEGUEM
PÁGINAS DE ASSINATURA]

1.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO RJ
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

do 71 3mb 48 EC3 ACM

10-01-10
NAT
VIA

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Mirante S.A., datado de 19 de novembro de 2012. 2/5.)

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO RJ
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

Cartório
Registro Civil 39º

Cartório
Registro Civil 39º

HA Aida Chammas da Rocha Radamés Casseb RC
EQUIPAV S.A. PAVIMENTAÇÃO ENGENHARIA E COMÉRCIO

Por: Aida Chammas da Rocha
Cargo: CPF 064.162.548-08
RG 14.070.479

Por: Radamés Casseb
Cargo: RG 483611
CPF 469.079.982-20

39º Cartório
Registro Civil da Vila Madalena
Av. Prig. Fátia Lima, 1275 - CEP: 01452-001 - Fone: (11) 3916-7700
Andréa Ruzzante Gagliardi - OFICIAL TITULAR

Reconheço por semelhança a firma de:
AIDA CHAMMAS DA ROCHA, RADAMES ANDRADE CASSEB

em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 30 de Novembro de 2012. Em Teste da verdade

ANDRÉA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE
R\$ 12,00-Valido somente com selo de Autenticidade

10724340868

to g 50
ECB
ALM
A

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Mirante S.A., datado de 19 de novembro de 2012. 3/5.)

Cartório 39º
Registro Civil

[Handwritten signature]

Cartório 39º
Registro Civil

GREQ PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Por: **Aida Chammas da Rocha**
Cargo: **CPF 064.162.548-08**
RG 14.070.479

Por: **Flavio M. Tarchi Crivellari**
Cargo: **RG: M 667.862-4**
CPF: 885.468.616-14

39º Cartório
Registro Civil do Vão Modolano
P. A. Brig. Parla Lima, 1675 - CEP: 01452-001 - Fone: (11) 3816-7700
Andréa Ruzzante Gagliardi - OFICIAL-TITULAR

Reconheço por semelhança a firma de:
AIDA CHAMMAS DA ROCHA, FLAVIO MARTINS TARCHI CRIVELLARI

em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 30 de Novembro de 2012. Em Teste da verdade

[Handwritten signature]

ANDRÉA MARIA DOS REIS ASSGRAVENTE
R\$ 12,00-Valido somente com selo de Autenticidade.




1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA 52 - 3º ANDAR - CENTRO RJ
RICARDO A. MOURINHO ANTUNES
2º OFICIAL SUBSTITUTO

[Handwritten signatures and initials]

51
ECB
ACM

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Mirante S.A., datado de 19 de novembro de 2012. 4/5.)

1.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO
RICARDO A. MOURINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Por: Silas Santos de Amorim
Cargo: Procurador


52
EC3
ACM


(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Mirante S.A., datado de 19 de novembro de 2012. 5/5.)

TESTEMUNHAS:

1. Edson C. Biggatti
Nome: Edson Costa Biggatti
RG: 22.552.397-8
CPF: 160.668.998-30

2. Alexandre Coelho Matias
Nome: Alexandre Coelho Matias
RG: 28.405.881-6
CPF: 375.604.978-70

3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda, 52/3.º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data arquivados mecanicamente. O QUE CERTIFICO

☒ Bel. RAUL T. ALVES DA SILVA • Oficial Titular
☒ Miriam Sara' Ana Castelpoggi • 1.º Oficial Substituto
☒ Ricardo de Moura Antunes • 2.º Oficial Substituto

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DO DEPARTAMENTO
DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO

3.º OFÍCIO

279

1.º ATTO

RUD07219

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3.º OFÍCIO
-6 DEZ 2012 1061328